

A crise dos têxteis e a luta sindical pela reconversão do sector

Kalidás Barreto

Falar da crise da indústria têxtil é já um lugar comum. Mas, além de lugar comum é, também, uma realidade. Claro que cada um fala de crise à sua maneira e procura justificar pelos outros o *buraco* em que todos se encontram.

Contrariamente ao que muitos podem propalar, a verdade é que têm sido os trabalhadores, através dos seus sindicatos, quem, no sector têxtil, têm vindo seriamente a preocupar-se com a situação e a avançar, pelo menos desde 1975, propostas para a reorganização do sector. Os factos são públicos, mas a verdade é que têm havido da parte dos empresários e dos sucessivos governos uma incapacidade total de enfrentar a situação, dentro de uma óptica que consiga harmonizar os interesses económicos do sector com os dos trabalhadores.

Surge, entretanto, recentemente, um plano de reorganização, o chamado «Plano Werner», feito numa óptica inteiramente capitalista que em vez do solucionar viria provocar o agravamento social do sector. Contra este plano se têm batido os sindicatos, conscientes que não é por aquela forma que os interesses da indústria têxtil serão salvaguardados. Efectivamente querer iludir as questões, apontando-se para uma maior rigidez da legislação laboral e de facilitação dos despedimentos, sem indicar alternativas de emprego e modelos organizativos, não nos parece meritório, nem sério.

A crise da indústria têxtil já vem de longe, mas ela ocorre, não por consequência dos trabalhadores nem dos seus sindicatos, mas, essencialmente pela falta de empresários e abundância de patrões que existe no sector. Alguns e muitos são, de mentalidade tão retrógrada que ainda discutem os direitos mais comecinhos e não hesitam em esquecer-los a todo o momento, nem que isso lhes custe uma greve prolongada, a cujas consequências nos orçamentos das empresas, não fazem contas. Alguns e muitos são, de mentalidade tão retrógrada que mesmo em período de alta procura, concordam deslealmente vendendo a qualquer preço, sem um mínimo de capacidade para se organizarem e para se defenderem. Ser-se industrial sério e honesto (que também os há, naturalmente), nesta barafunda deve ser extraordinariamente difícil, mas muito mais difícil é ser-se trabalhador em tal sector.

A crise, como dizíamos, vem de longe, mas há que analisá-la em profundidade, cuidando das causas externas, é certo, mas muito fundamentalmente das causas internas.

Para os que se deixam ir atrás de «slogans» vejam bem quanta razão assiste aos trabalhadores, sistematicamente acusados de falta de produtividade e de absentismo, valerá a pena transcrever um artigo publicado na «Vida Mundial», em 19 de Setembro de 1969:

A crise da indústria têxtil

A indústria têxtil representa, ainda hoje, quase um quinto da produção industrial portuguesa, dá emprego a cerca de 75 milhares de trabalhadores e contribui com cerca de 25 por cento para as exportações portuguesas.

A crise deste sector é, pois, uma crise com efeitos sobre grande parte da economia portuguesa.

Já hoje ninguém duvida da gravidade da situação em que se encontra a indústria têxtil, particularmente a algodoeira. Os jornais noticiam com certa frequência as falências de empresas, a suspensão da laboração de certas fábricas e, há alguns meses, os ministros da Economia e das Finanças exararam um despacho conjunto com o objectivo de melhorar a situação do sector. As medidas então anunciadas consistiam, sumariamente, no seguinte: conversão em crédito a médio prazo das dívidas contraídas a curto prazo pelas empresas têxteis junto da banca comercial, e isenções de impostos às empresas que se concentrassem em unidades maiores. Os meses passaram sem que estas medidas se tivessem concretizado, a situação do sector continua grave. O governo sabe-o e, perante o insucesso daquele despacho, é de esperar que tome novas medidas.

Enquanto isso não sucede, vamos abrir o «dossier» desta crise, porque há muitos aspectos pouco claros.

À primeira vista, não há mesmo crise nenhuma segundo as estimativas para 1968 a produção têxtil progrediu cerca de 12 por cento (enquanto o conjunto da indústria aumentava a sua produção apenas em 5,3 por cento). Por outro lado, as exportações de têxteis portugueses para a E.F.T.A. tem crescido muito mais que o conjunto das exportações portuguesas para aquela zona.

Onde, está, então, a crise? Antes de tentarmos ver mais fundo, temos de fazer um esclarecimento prévio: as taxas de aumento que enumerámos referem-se ao produto físico da indústria (aos metros de pano produzido); mas numa economia capitalista o critério para se averiguar a situação de uma indústria é o lucro que ela dá. Ora a rentabilidade das empresas tem vindo a degradar-se. Porquê?

Os pontos críticos da indústria têxtil portuguesa parecem ser os seguintes: dificuldades no abastecimento de matérias-primas, dificuldades de financiamento, má administração, dimensionamento inadequado e concorrência internacional. A equação destes cinco pontos permitir-nos-á ver a natureza e a profundidade da crise.

1. Por motivos de vária ordem, a indústria têxtil portuguesa é obrigada a comprar algumas matérias-primas (lã, fibras) a preços superiores aos internacionais, embora compre outras a preços inferiores às cotações do mercado mundial (algodão);

2. As dificuldades de financiamento foram a causa directa da crise presente. Alguns industriais resolveram modernizar as suas fábricas, comprando novos equipamentos que, a médio prazo (4-5 anos), lhes permitiriam obter bons lucros, pela conquista de novos mercados e pela diminuição do número de operários. Para comprar esses equipamentos recorreram ao crédito bancário; mas como em Portugal quase não existe crédito a médio prazo, esses industriais resolveram correr o risco de financiar a compra do equipamento com crédito a curto prazo (a três meses), renovável. A operação era arriscada, pois as novas máquinas só dariam lucro passados muito mais de 3 meses. Assim, a crise surgiu quando a banca comercial deixou de renovar o crédito a curto prazo - e a indústria não podia pagar. As providências governamentais visavam a conversão deste crédito por 3 meses em crédito por 4-5 anos - mas esta conversão só podia fazer-se com o assentimento da banca comercial. E este assentimento não veio em escala suficiente;

3. A má administração é visível logo neste risco - comprar equipamentos com crédito por três meses -, risco desproporcionado à capacidade financeira das empresas. Aliás, as empresas têxteis portuguesas são negócios de família, geridos por pessoas que, em muitos casos, não têm a competência mínima para estar à testa das empresas que herdaram. A incompetência junta-se, com desoladora frequência, a desonestidade. Citemos um caso: por vezes a falência é muito lucrativa. Um industrial, endividado até à raiz dos cabelos, pôs todos os seus lucros em nome de

testas de ferro. Quando chega o momento de pagar as dívidas, dirige-se aos credores, ameaçando-os com a sua própria falência: se os credores exigirem o pagamento, não obterão um chavo. Os credores, então, transigem, concedendo uma concordata, pela qual recebem apenas uma percentagem dos seus créditos. O industrial têxtil falido, com o que assim ganhou, compra um iate;

4. Tal como na maioria dos sectores económicos portugueses, existe um grande número de pequenas empresas e um pequeno número de grandes unidades. Contudo, a concentração está já bastante avançada: cerca de 4 dezenas de fábricas produzem pano cru, mas duas empresas contribuem com mais de 50 por cento da produção; perto de 6 dezenas de unidades fabricam tecidos estampados, mas meia dúzia produz mais de 50 por cento do total; as fábricas integradas (com fição e tecelagem) são menos de 15 por cento do total, mas possuem mais de 75 por cento dos fusos e dos teares. Em 1959, 10 por cento das empresas empregavam 47 por cento da mão-de-obra do sector. Para se ver que a concentração só por si não resolve nada, note-se que são as maiores empresas que neste momento se encontram em pior situação. A reorganização do sector parece inevitável - embora ninguém saiba como - mas não se farão grandes progressos ao criar grandes unidades, tão mal geridas como as que hoje existem;

5. A concorrência internacional ameaça perigosamente o têxtil português: os países ricos continuam a proteger as suas indústrias têxteis - que estão a evoluir no sentido da maior intensidade do capital. Por outro lado, os países subdesenvolvidos produzem têxteis muito mais competitivos que os operários do têxtil português ganhem seis vezes menos que os europeus, ganham mais que os marroquinos, os indianos ou os de Hong-Kong.

Todavia, como atrás se diz, foram os Sindicatos que, logo após o 25 de Abril, se preocuparam no estudo da crise, nos seus porquês e na procura de soluções.

Este esforço patriótico, consciente e realista demonstra bem quanto se teria (e terá) a ganhar dinamizando os trabalhadores e dando aos sindicatos um papel mais interventivo.

Em Junho de 1975 o Sindicato dos Lanifícios de Castanheira da Pêra elabora com técnicos e associando mesmo os empresários, um estudo de reconversão do sector. Nele se analisa toda a problemática e apontam-se medidas concretas a curto prazo:

- a) Fixação de preços obrigatórios que anulem a concorrência ruinosa
- b) Controle de custos
- c) Controle sobre carteira de encomendas do sector e sua racionalização
- d) Organizar colectivamente a angariação de encomendas (política de perdas)
- e) Reestruturação do actual sistema de comercialização.

Em tudo isto assumia um papel importante o controlo de gestão.

As Comissões de Trabalhadores das Empresas era-lhe cometida a taxa da fiscalização dos preços estipulados, ficando as empresas obrigadas a apresentar os cálculos e todos os esclarecimentos mensais. Registe-se que isto estava estabelecido no plano, com o acordo dos empresários da zona.

O estudo apontava ainda medidas a médio e longo prazo nas quais surgia a proposta de criação de um organismo estatal que coordenasse e planificasse a indústria a nível nacional.

A este organismo competiria:

- a) O levantamento dos recursos, potencialidades e necessidade do sector.
- b) A elaboração de um projecto de planeamento, controle e reestruturação da actividade das unidades industriais do sector, integrando e reconvertendo quando necessário as infra-estruturas existentes.
- c) Participar como agente activo na definição da política industrial no domínio da indústria têxtil.
- d) A prossecução de uma política comercial coordenada no sector.
- e) O apoio técnico às empresas visando a melhoria das capacidades de produção e de gestão

O Encontro dos Sindicatos Têxteis de Ofir aprofundaria o estudo chegaria a ser objecto de encontros entre a Federação Têxtil e o VI Governo Provisório. Com base neste estudo, o Governo elabora uma proposta ao Conselho de Ministros, em 25/10/75, mas as vicissitudes do processo político deixam-no na gaveta.

São porém, novamente, os Sindicatos Têxteis que voltam a expressar as suas preocupações no seu 1.º Congresso realizado no Porto em Março de 1976 sem que o patronato ou o Governo tome medidas.

Analisando a situação, os Sindicatos concluíam:

1. A Têxtil é uma indústria tradicional em Portugal. No tempo do fascismo, e ainda hoje, só os salários de fome, as péssimas condições de vida e de trabalho permitiram ao patronato concorrer no mercado externo com outros países que possuem um parque de maquinaria e técnicas de gestão e organização empresarial superiores.
2. Aqueles mesmos motivos, congregados com outros de ordem geral (guerra colonial, etc.) conduziram a grande penetração dos interesses estrangeiros no sector, sobretudo no Vestuário.
3. Predominam as pequenas e médias empresas, geralmente mal equipadas e mal organizadas, muitas vezes dependentes dos comerciantes (armazenistas, exportadores, etc.), ou dos grandes industriais (funcionando como empresas de prestação de serviços).
4. Muitos industriais recorreram à indústria como um negócios sendo frequente exercerem especulação com matérias-primas, etc. Compra-se a quilo e vende-se a metro - como se costuma dizer!
5. A indústria situa-se em grande parte em zonas rurais, onde com a agricultura constituem as únicas fontes de subsistência das populações.
6. Sobretudo a partir da década de 60 surgem aquelas que são hoje as melhores unidades produtivas do sector. No Vestuário, as confecções de pronto-a-vestir vão lentamente arruinando alfaiates e modistas.
7. O desenvolvimento de todas estas contradições é que provoca a actual alteração de crise. A crise, é uma crise de fundo, estrutural, independentemente das flutuações conjunturais, isto é, de «estação» .

Os seus reflexos mais salientes são:

- dependência de um pequeno número de países em termos de mercado externo;
- parques de máquinas desactualizado, com lacunas, utilizado muito abaixo da sua real capacidade produtiva.

8. O 25 de Abril, o avanço do Povo e da Classe Operária apenas aceleraram o estado destas contradições. Na realidade, existe na quase totalidade das empresas uma situação económica muito difícil, e porquê?

- a) As fábricas davam grandes lucros, mas os patrões em vez de, com esses lucros, comprarem máquinas novas, de modernizarem as instalações, de melhorarem as péssimas condições de trabalho, de estudarem novas formas de organização da empresa, compravam automóveis de luxo, aviões, vivendas, viviam à grande e à francesa, compravam coutadas no Alentejo e mandavam dinheiro para a Suíça. Para aumentarem os lucros e assim poderem passar mais dinheiro, quando vendiam para o estrangeiro o preço que constava nas facturas eram mais baixo do que a realidade (subfacturação). Ao contrário - quando compravam matérias-primas, estas eram facturadas a preços superiores ao real (sobre-facturação). Por isso, grande parte das empresas estão completamente hipotecadas aos bancos, sem qualquer preocupação de ver se esse capital era bem aplicado ou não e se, se justificava o empréstimo. E assim, as empresas nunca mais podiam pagar, ficando toda a vida a tentar amortizar, sem o conseguir, com letras e mais letras para pagar ao fim do mês;
- b) Os administradores das empresas ganhavam altos vencimentos. Nalguns casos 3 ou 4 levaram mais dinheiro que os operários todos juntos;
- c) Eram pagos elevados ordenados aos técnicos estrangeiros, enquanto os técnicos portugueses não existiam ou eram desapoitados. Mão-de-obra pouco especializada e analfabeta, era o que interessava ao patronato para melhor poder explorar.

As poucas escolas têxteis que existiam pouco ensinavam e praticamente quem as frequentava eram os filhos dos patrões!

Mesmo esse pouco capital, iam muitas vezes, buscá-lo aos bancos Portugueses, sem trazerem dinheiro do estrangeiro, e os lucros arrecadados não eram cá investidos mas sim enviados para o seu País de origem.

Noutros casos, nem os tecidos cá compravam, era mesmo só para explorar a mão-de-obra.

Situação após o 25 de Abril

Depois do 25 de Abril, os patrões procuraram piorar a situação da Têxtil.

Ao verem que não podiam continuar a explorar os trabalhadores, do mesmo modo como faziam antes, tentaram tudo para levar o sector à ruína e provocar o desemprego, pondo os trabalhadores contra a Democracia e o Socialismo ...

1. Procuraram prevenir-se arrecadando todo o dinheiro que puderam, e assim:

- a) Deixaram de investir
- b) Combinados com alguns «clientes» pagavam grandes indemnizações sem motivos, vendiam artigos demasiado baratos, entrando pouco dinheiro na fábrica e o resto ia direito para o bolso do patrão (subfacturação), ou ainda, vendiam sem facturar.
- c) Pediram dinheiro aos bancos e não o aplicavam nas empresas.

2. O grande capitalista têxtil tentou criar graves problemas às pequenas e médias empresas para as afastar também do processo político iniciado em 25 de Abril e as transformar em inimigas da Democracia.

As grandes empresas tradicionalmente exportadoras, lançaram no mercado interno a sua produção, prejudicando assim as pequenas e médias empresas.

3. Por outro lado, os produtos têxteis portugueses vendiam-se apenas para alguns países capitalistas como os Estados Unidos da América, a Inglaterra e países Nórdicos. Nestes países há uma grande crise, que se tem vindo a agravar nos últimos anos (com o maior número de desempregados das últimas décadas). Estes países também deixaram de nos comprar, boicotando até algumas encomendas.

E reafirmando o desejo de reconversão do sector, sugeriam o tipo de alterações que interessavam aos trabalhadores:

- a) As que garantam o trabalho a toda a gente, neste ou noutros sectores, isto é, manutenção dos postos de trabalho e garantia dos salários contratuais.
- b) As que trouxeram melhores condições de trabalho, acabando com a dureza das tarefas a que estão sujeitos, isto é, melhoria das condições de trabalho.
- c) As que permitam produzir para o Povo Português o que ele precisa, a baixo preço e boa qualidade, isto é, reorganização da produção numa perspectiva socialmente útil.
- d) As que nos permitam escolher os nossos compradores ou vendedores, segundo as melhores condições de oferta e portanto, numa via de Independência da Economia Nacional, isto é, reorganização do comércio externo, numa via de verdadeira Independência Nacional (não confundir com a papagueda propaganda dos lacaios do imperialismo).
- e) As que garantam a existência de pequenas e médias empresas, livres dos grandes capitalistas, isto é apoio à pequena e média empresas numa perspectiva planificada.
- f) As que defendam intransigentemente as empresas em autogestão, cooperativas e sob intervenção do Estado, isto é, apoio à luta dos trabalhadores em autogestão, etc.
- g) As que promovam a formação de quadros técnicos têxteis, que assegurem o desenvolvimento do sector, defendendo as classes trabalhadoras e o Povo em geral, isto é, numa perspectiva Socialista, ou seja, formação profissional.

E dizia-se:

Na perspectiva dos trabalhadores, de progresso, a reconversão far-se-á baseada numa forte intervenção estatal controlada pelos trabalhadores. Implicaria uma planificação dos recursos e da produção, o controlo operário generalizado e um controlo sobre a iniciativa privada.

No campo económico implicaria actuações como:

- Controlo de preços e tabelamento dos produtos fabricados;
- Controlo da carteira de encomendas;
- Regularização de pagamentos fábrica-armazém;
- Diversificação dos mercados externos;
- Fornecimento de matérias-primas assegurado, através da constituição de uma empresa estatal que garanta uma correcta distribuição;
- Nacionalização, sobre controlo dos trabalhadores, de médias e grandes empresas onde os patrões façam sabotagem económica.

Esta reconversão não poderá ser entendida isoladamente dos outros sectores da economia.

O actual Governo e qualquer Governo burguês não fará esta reconversão, Antes tentará recuperar as iniciativas dos trabalhadores e a sua legítima luta pelo direito ao trabalho, no sentido de os fazer participar desta, «reorganização» capitalista, como já está acontecendo.

Claro que como era previsível o Governo recuperou o que quis não na óptica dos Sindicatos, mas numa óptica capitalista que até agora a nada de positivo tem conduzido a economia nacional.

Mas mesmo assim, os Sindicatos Têxteis não têm desarmado e nos seus 2.ºs e 3.ºs Congressos voltaram a debater o problema e a manifestar a sua opinião interessada sobre a reconversão do sector e a falta de apoio às pequenas e médias empresas, condenando por fim a proposta de Lei quadro que o Governo pretende implementar, sem, todavia, resultados políticos. Os sucessivos Governos estão mais apostados em ouvir a voz do capital nacional e sobretudo estrangeiro do que a dos trabalhadores.

E assim o patronato do sector «esquece-se» acintosamente das propostas acordadas, dos contratos e das leis, deixando que o sector se degrade economicamente a índices perigosíssimos e provocando uma situação social com repressão que se caracteriza por:

A liberdade sindical e o exercício da actividade sindical serem constantemente violados assim

- 1.º Proíbem e impedem a realização de Plenários
- 2.º Discriminam os trabalhadores que participam em Plenários
- 3.º Impedem a entrada de dirigentes sindicais para participarem em reuniões de trabalhadores
- 4.º Proíbem a afixação e distribuição de propaganda sindical ou exercem censura prévia sobre os documentos a afixar
- 5.º Recusam pôr à disposição dos delegados sindicais um local apropriado ao exercício das suas funções
- 6.º Impedem a cobrança de quotizações sindicais
- 7.º Agridem fisicamente os representantes dos trabalhadores ou oferecem quantias para abandonarem a empresa
- 8.º Discriminam os representantes dos trabalhadores: despedindo-os, prejudicando-os na retribuição ou negando emprego aos seus familiares
- 9.º Discriminam o sindicato mais representativo e promovem e apoiam um recente Sindicato de conveniência paralelo e não representativo.

Não respeitam o direito à greve

- 10.º Discriminam salarialmente e perseguem quem adere a greves
- 11.º Castigam e despedem trabalhadores por fazerem parte dos piquetes de greve
- 12.º Patronato. GNR e PSP agridem grevistas e piquetes de greve

Abusam da contratação a prazo

- 13.º Recorrem em massa aos contratos a prazo
- 14.º Despedem trabalhadores a prazo para voltar a contratar novos a prazo
- 15.º Discriminam e abusam dos trabalhadores contratados a prazo: salários inferiores, trabalhos forçados, despedimentos em casos de exercício de direitos sindicais, etc.

Não respeitam a dignidade e os direitos mais elementares dos trabalhadores

- 16.º Laboram em más condições de Higiene e Segurança
- 17.º Aumentam extenuantemente cargas de trabalho
- 18.º Controlam e reprimem a ida aos sanitários
- 19.º Dificultam e reprimem as idas ao médico e tratamentos
- 20.º Discriminam a mulher trabalhadora
- 21.º Impõem férias fragmentadas
- 22.º Exigem a presença dos trabalhadores antes da hora e já não deixam trabalhar os atrasados
- 23.º Castigam os trabalhadores sem processo disciplinar

Concluindo, 10 anos após o 25 de Abril a situação do sector têxtil é económica, financeira e socialmente preocupante, ante a passividade dos governos e de instrumentos como a Inspeção do Trabalho. Como resposta à consciência e sentido de responsabilidades dos Sindicatos, o patronato actua em clara oposição ao 25 de Abril, apoiado tão poucas vezes na cumplicidade do Sindicato da UGT existente no sector. A crise dos Têxteis é um facto, mas para nós a maior crise é na mentalidade empresarial que na sua maioria não se respeita porque não respeita os outros, não se identifica ainda com a mensagem libertadora do 25 de Abril. Perante o facto, cruzaremos os braços? Decisivamente, não! Porque não foi para isso que lutámos: Porque não foi para isto que se fez o 25 de Abril !

(Comunicação ao Seminário promovido pela Associação 25 de Abril)